

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Dezembro de 2007

Área Temática: Questão Fundiária – Movimentos Sociais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Dezembro de 2007

Índice

Desocupação deixa 50 feridos, segundo MST – Estado de São Paulo – Nacional – 01/12/2007	5
MST invade fazenda no interior paulista – Estado de São Paulo – Nacional – 02/12/2007	5
Integrantes do MST interdita rodovia em MT – Folha de São Paulo – Brasil – 03/12/2007	5
CNA orienta produtores sobre ameaças de invasões - Agência CNA – 04/12/2007	5
Sem-terra organizam protesto em Jales – Estado de São Paulo – Nacional – 04/12/2007	6
Famílias do MST invadem fazenda – Estado de São Paulo – Nacional – 06/12/2007	7
Famílias ligadas ao MST invadem fazenda no MT – Folha de São Paulo – Brasil – 06/12/2007	7
Movimentos sociais protestam contra Instrução Normativa do Inbra – Sítio Eletrônico da CPT – 07/12/2007	7
Invasores de Tucuuruí queimam veículos - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 07/12/2007	8
No Maranhão, agronegócio mata trabalhadores rurais e indígenas – Reynaldo Costa – Sítio Eletrônico do MST – 07/12/2007	9
Justiça ordena saída de invasores de usina de Tucuuruí - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 08/12/2007	10
Sem-terra protestam contra Syngenta – Estado de São Paulo – Nacional – 11/12/2007	11
Invasores ameaçam destruir equipamentos em Tucuuruí – Estado de São Paulo – Nacional – 11/12/2007	12
Sem-terra protestam contra multinacional em cinco Estados – Folha de São Paulo – Brasil – 11/12/2007	12
CPT lança pesquisa para ajudar d. Luiz Flávio – Leandro Beguoci – Folha de São Paulo – Brasil – 11/12/2007	13
CPT divulga relatório parcial de conflitos no campo em 2007 – Sítio Eletrônico do MST – 11/12/2007	14

Brincando com fogo – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 12/12/2007.....	17
Justiça decreta prisão de 6 no Paraná - Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Nacional – 12/12/2007	18
Manifestantes decidem deixar área de Tucuruí – Folha de São Paulo – Brasil – 12/12/2007	19
Líder de assentamento rural é assassinado no interior de Minas – Renata Baptista – Folha de São Paulo – Brasil – 13/12/2007	20
Pará é o Estado que mais utiliza trabalho escravo – Folha de São Paulo – Brasil – 15/12/2007	20
 Segunda Quinzena 	
Quadrilha rural - Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/12/2007 .	21
Lista do trabalho escravo tem 189 empregadores – Evandro Éboli – O Globo – O País – 18/12/2007	23
Oficina discute planos operacionais para Cadastro de Terras – Sitio Eletrônico do MDA - 18/12/2007	23
Uso da terra e falta de informação no Brasil - André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 19/12/2007	24
Agricultores ligados à CPT invadem IBAMA para pressionar União – Folha de São Paulo – Brasil – 19/12/2007	26
Grupo protesta contra a transposição – Demétrio Weber – O Globo – O País – 19/12/2007	26
MST invade ferrovia da Vale na Bahia – O Globo – O País – 19/12/2007	27
Mais cinco agroindústrias na lista suja da escravidão – Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 19/12/2007	28
MST invade Inkra e agências da CEF em Pernambuco – Letícia Lins – O Globo – O País – 20/12/2007	28
1,5 milhão de trabalhadores deixam campo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/12/2007	29

MST invade fazenda histórica em Valença - Paulo Roberto Araújo e Dieler Simões – O Globo – O País – 25/12/2007	30
Em 2007, avanços na construção da unidade na esquerda – Sítio Eletrônico do MST – 28/12/2007	30
SP é líder em ranking de invasões - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 29/12/2007	32
Para Itesp, número de ocupações foi ainda maior - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 29/12/2007	33
Sem assistência, cortador corre riscos – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/12/2007	34

Desocupação deixa 50 feridos, segundo MST – Estado de São Paulo – Nacional – 01/12/2007

Líderes do MST em Limeira disseram que 50 pessoas ficaram feridas em ação da Polícia Militar anteontem para desocupar três acampamentos do Horto Florestal. Ontem, o 4º Distrito Policial informou que só uma pessoa fez boletim de ocorrência alegando ter sido ferida em confronto com a polícia. Na Santa Casa de Limeira, quatro pessoas foram atendidas na quinta-feira. Os acampamentos foram fechados porque a Prefeitura de Limeira conseguiu a retomada das terras na Justiça. Parte das 800 pessoas retiradas foi para a casa de parentes em Limeira e região, segundo o MST.

MST invade fazenda no interior paulista – Estado de São Paulo – Nacional – 02/12/2007

Cerca de 400 pessoas ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST) invadiram, na manhã de ontem, uma fazenda em Valinhos, no interior de São Paulo. A propriedade tem 200 hectares e fica na estrada Valinhos a Itatiba. De acordo com a Polícia Militar, o grupo se formou por volta das 4h30 e, em seguida, quebrou o cadeado da porteira. Um advogado do proprietário esteve no local e disse aos líderes do movimento que a propriedade é produtiva e, por isso, entrará com um pedido de reintegração de posse na Justiça. Essa foi a segunda ocorrência envolvendo o MST na região de Campinas em uma semana.

Integrantes do MST interditam rodovia em MT – Folha de São Paulo – Brasil – 03/12/2007

DA AGÊNCIA FOLHA - Integrantes do MST interditaram um trecho da rodovia BR-163 na região de Sinop (482 km de Cuiabá), em Mato Grosso, durante a manhã de ontem.

Segundo a Polícia Rodoviária Federal, o protesto foi encerrado pacificamente por volta das 13h. Cerca de 250 famílias pararam o tráfego na pista. A manifestação teve por finalidade exigir maior agilidade no processo de desapropriação de uma fazenda na região.

Os manifestantes estavam acampados às margens da BR-163.

CNA orienta produtores sobre ameaças de invasões - Agência CNA – 04/12/2007

Para evitar invasões de seus imóveis, os proprietários devem tomar uma série de providências cautelares, como a de vigiar rotineiramente suas próprias áreas, não fornecer informações sobre suas terras a terceiros e orientar familiares e funcionários neste sentido. Além disso, é importante ter em mãos a documentação completa da fazenda e avisar

autoridades e a polícia sobre a existência de acampamentos próximos à sua região para que os ocupantes sejam identificados.

Essas foram algumas das recomendações repassadas a produtores rurais pelo assessor técnico da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) André Sanches, durante o XXVIII Encontro Ruralista, que acontece nesta terça-feira (4/12), em Belém (PA). Ele também alertou os participantes para que não façam distinção entre propriedades produtivas e não-produtivas como requisitos para ocupação por movimentos sociais. “Os invasores não têm critério”, afirmou Sanches, e acrescentou que empregados e familiares dos donos de propriedades não devem responder a provocações de acampados. Além disso, orientou, devem procurar a troca de informações com fazendas vizinhas sobre a existência de supostos invasores na região.

Sanches também informou a existência de mecanismos jurídicos relativos a medidas contra invasões, tanto em momentos que a antecedem quanto na efetiva ocupação. Um deles é a proteção possessória (artigo 1210 do Código Civil), que pode ser feita mediante interdito proibitório (que é uma posição preventiva em caso de iminente ameaça), manutenção e reintegração de posse, em situações de turbação (perturbação) e esbulho (expropriação forçada), respectivamente. Quando houver o esbulho, deve-se pedir reintegração de posse no prazo de um ano e um dia após o ocorrido.

Segundo André Sanches, o interdito proibitório tem gerado efetividade. “Não dispomos de dados estatísticos, mas é seguro dizer que em mais de 90% dos casos não há desrespeito”. O assessor esclareceu ainda, com base em explicações da CNA, que o simples anúncio de ameaças não permite o uso deste instrumento, sendo necessária a comprovação de fatos que indiquem iminência de ocupação.

Sem-terra organizam protesto em Jales – Estado de São Paulo – Nacional – 04/12/2007

Cerca de 200 sem-terra acamparam na frente do prédio da Justiça Federal de Jales (SP) e prometem só sair quando tiverem uma posição sobre os processos de desapropriação de 15 fazendas. O líder do MST Lourival Plácido de Paula reclamou de “manobras de latifundiários” e disse que espera a imissão de posse de 8 delas, pois as indenizações foram depositadas há 4 anos. “A lei diz que após o depósito o Judiciário deve dar imissão”. A Justiça Federal não se manifestou.

Famílias do MST invadem fazenda – Estado de São Paulo – Nacional – 06/12/2007

Mais de 300 famílias invadiram a Fazenda Panorama, em Cláudia (MT). O grupo, ligado ao MST, rendeu cinco funcionários para entrar, mas não houve violência. A fazenda foi desapropriada em 2005 e os assentados deveriam receber a posse este ano, segundo o MST. A polícia confirma que há disputa entre os ex-proprietários e a União. O Incra marcou uma reunião hoje para discutir a desocupação.

40 horas foi o período em que dois PMs e um delegado ficaram reféns dos índios Umutina em Barra do Bugres (MT). Eles foram libertados ontem à tarde, mediante a garantia de repasse de recursos até o fim da piracema

Famílias ligadas ao MST invadem fazenda no MT – Folha de São Paulo – Brasil – 06/12/2007

DA AGÊNCIA FOLHA - Trezentas famílias ligadas ao MST invadiram no início da manhã de ontem a fazenda Panorama, em Cláudia (500 km de Cuiabá), e renderam o gerente, duas cozinheiras, seis seguranças e um soldado da PM que estava no local à paisana.

O MST acusa os seguranças e o policial de atuarem como pistoleiros a serviço de Oscar Ferreira, que disputa na Justiça Federal o direito sobre os 6.200 hectares da fazenda.

Movimentos sociais protestam contra Instrução Normativa do Incra – Sítio Eletrônico da CPT – 07/12/2007

Movimentos sociais pedem que a população proteste contra o processo de mudança da Instrução Normativa Incra 20/2005 que regulamenta o procedimento administrativo para titulação dos territórios quilombolas. Para os movimentos, a aprovação da normativa é um retrocesso no reconhecimento dos direitos dessas comunidades, já assegurados pela Constituição Federal. A nova instrução também dificulta a titulação das terras de quilombo, incluindo novos entraves burocráticos. A Advocacia Geral da União divulgou a minuta da nova instrução e pretende que ela seja submetida à consulta pública, nos dias 10 e 17 de dezembro, em Brasília. Os movimentos argumentam que os quilombolas só serão chamados à discussão no final do processo de revisão da instrução, em andamento há dois meses. Eles só iriam referendar um texto já acabado. O protesto é do Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos, Comissão Pró-Índio de São Paulo, Justiça Global, Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Balcão de Diretos (Universidade Federal do Espírito Santo).

Invasores de Tucuruí queimam veículos - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 07/12/2007

Integrantes do MAB, no local desde quarta, cobram indenização maior

Dois tratores, um ônibus e um caminhão foram queimados por 300 integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que ocupam desde anteontem o canteiro de obras das eclusas da hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. Eles cobram da estatal Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte) o pagamento de indenizações para cem famílias que, embora já tenham deixado suas casas para a execução da obra, nada receberam.

Os invasores também reivindicam o pagamento do seguro-defeso - espécie de bolsa paga às famílias de pescadores da região no período de reprodução dos peixes, quando ficam impedidos de exercer suas atividades - e pensão vitalícia para os que perderem seus meios de subsistência.

Ontem, no local da obra, o clima era de tensão. Os invasores ameaçavam destruir outros 16 veículos, caso a Eletronorte não negociasse com os líderes das famílias.

A empresa, cujos advogados já apresentaram à Justiça um pedido de liminar de reintegração de posse, não quis se manifestar sobre a destruição dos veículos. Segundo seus assessores, até ontem a Eletronorte não tinha recebido nenhuma lista de reivindicações. Eles também disseram que a invasão não prejudica a produção de energia elétrica.

ACUSAÇÃO - O motivo real da disputa entre o MAB e a Eletronorte não é a falta de pagamento das indenizações, mas a ausência de um acordo sobre os valores. As famílias não aceitam as quantias propostas, entre R\$ 4 mil e R\$ 15 mil, e querem aumentar para aproximadamente R\$ 60 mil.

Ontem, a coordenadora do movimento, Euvanice Furtado, acusou a Eletronorte de fugir à sua responsabilidade: “A empresa não compareceu para conversar nem mandou representante.” Ela teme que os invasores fiquem ainda mais revoltados e destruam outros bens.

Em nota oficial, o MAB disse que o acordo firmado entre as famílias, o governo federal e a Eletronorte teria sido desrespeitado: “Prometeram várias coisas. Mas a única cumprida, e com atraso, foi a entrega de cesta básica. Serão quatro e já na primeira eles demoraram a entregar. Cansamos de esperar.”

O pescador Martins Filho, um dos invasores, disse que ele e sua família enfrentam dificuldades para sobreviver: “A situação está muito difícil, porque não pagaram o seguro.”

REPETIÇÃO - Esta é a terceira vez no ano que manifestantes ligados ao MAB realizam invasões em Tucuruí. A mais grave delas ocorreu em maio, quando a sala de

controle e a casa de máquinas da hidrelétrica foram ocupadas, pondo em risco o abastecimento de energia na região.

Por ordem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Exército e a Polícia Federal deslocaram efetivos para a região, com o objetivo de desocupar o local. Um dos líderes do MAB chegou a brincar na ocasião, fingindo, diante de câmeras de televisão, que apertaria um dos botões de controle de funcionamento da hidrelétrica.

Em outubro o MAB invadiu o canteiro de obras das eclusas - o mesmo que voltou a ser ocupado agora. O movimento também quer impedir a continuidade dessa obra, cujo objetivo é possibilitar a navegabilidade do Tocantins para o escoamento de minérios de ferro para exportação. “Vai servir para o saqueamento dos recursos naturais do Pará”, disse Euvanice. **COLABOROU ROLDÃO ARRUDA**

No Maranhão, agronegócio mata trabalhadores rurais e indígenas – Reynaldo Costa –
Sítio Eletrônico do MST – 07/12/2007

Nos últimos dois anos a tensão no campo maranhense vem aumentando. Em diversas regiões do estado há ameaças a trabalhadores e despejos violentos. Em outubro o trabalhador rural, José Antonio Souza, foi assassinado na porta de sua casa; no mês seguinte foi a vez do cacique Joaquim Guajajara. A impunidade continua legitimando o crime.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) há hoje no estado mais de 30 denúncias de trabalhadores rurais ameaçados pelo latifúndio. Para o advogado Nonato Masson, esta tensão é resultado do avanço do agronegócio. Segundo ele, o número de denúncias se torna ainda maior quando contabilizados os ataques e as ameaças contra aldeias e lideranças indígenas.

No dia 19 de outubro, o trabalhador rural, sindicalista e ambientalista, José Antônio Souza, conhecido como Lourenço, 60 anos, foi assassinado na porta de sua casa, localizada no Assentamento Estrela, no município de Viana. Ele chegava de um roçado quando foi surpreendido por um tiro à queima-roupa de arma calibre 12. Os criminosos ainda não foram identificados.

Lourenço foi assassinado por denunciar as agressões do agronegócio na região da Baixada maranhense. Em 2006 ele encaminhou relatório ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), denunciando crime ambiental cometido por diversos fazendeiros da região, entre os quais Antônio de Jorrimar e Evilásio Costa, dois representantes do agronegócio na região, conhecidos por suas brutalidades contra os trabalhadores de Viana.

Lourenço deixou mulher e dez filhos, alguns residentes em Estrela, outros em São Luís. Os familiares e vizinhos sentem-se ameaçados, temerosos que uma nova brutalidade possa vir ceifar a vida de outros companheiros. O caso está sendo acompanhado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viana (STTR) e pelo Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)

No dia 30 de novembro o cacique Joaquim Guajajara, 65 anos, da aldeia Nova Providência – Terra Indígena Arariboia – foi assassinado. O corpo foi encontrado a 50

quilômetros do município de Arame, região centro do Maranhão, às margens da rodovia estadual MA-006.

De acordo com informações da Fundação Nacional do Índio (Funai), o cacique foi morto com dois tiros. A Polícia Federal investiga o crime para tentar chegar ao assassino. Existe a suspeita de que a morte tenha alguma relação com a disputa por terras entre brancos e indígenas.

A Terra Indígena Araribóia, corresponde a uma área de 413 mil hectares no oeste do Maranhão. No local, vivem cerca de 8.000 índios da etnia Guajajara e 50 índios isolados da etnia Guajá. Há muito tempos os indígenas dessas terras tentam expulsar os madeireiros, que exploram suas terras.

Há mais de 4 meses Ibama e Polícia Federal realizam na região a Operação Araribóia que visa minimizar os conflitos territoriais existentes na região. Entretanto, a ação não foi suficiente para evitar o assassinato de indígena.

Foto: Bruno Zornita - Ato contra a impunidade em frente ao Tribunal de Justiça/RJ em abril de 2006

Justiça ordena saída de invasores de usina de Tucuruí - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 08/12/2007

Polícia aguardava fim de reunião com governo para tirar manifestantes

A Justiça Federal determinou ontem a desocupação do canteiro de obras das eclusas da usina hidrelétrica de Tucuruí, invadido na quarta-feira por 300 famílias, mas até o final da tarde a decisão não havia sido cumprida. Uma tropa do Batalhão de Choque da Polícia Militar deslocou-se de Belém e esperava o resultado de reunião entre representantes do governo federal e líderes dos invasores.

A ocupação foi feita por pessoas que perderam suas casas e cobram pagamento de indenizações das Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte).

Na quinta-feira, os invasores incendiaram dois tratores, um ônibus e um caminhão da Construtora Camargo Corrêa, responsável pela obra. A empresa retirou seus operários do canteiro e paralisou o serviço. Ela teme que outros 16 veículos que ficaram na área também sejam incendiados.

Ao tomar conhecimento de que a PM iria retirá-los, eles avisaram que iriam resistir e “morrer lutando”. O líder do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Roquevan Alves da Silva, um dos organizadores da invasão, estaria na iminência de ser preso, segundo boato espalhado entre os manifestantes.

Em represália, os invasores também ameaçam destruir uma fábrica de gelo localizada dentro do canteiro. Na fábrica, segundo nota distribuída pela Camargo Corrêa,

há reservatório com 7.500 kg de amônia, produto de alta toxicidade e que se torna explosivo em concentrações de 15% a 30% em volume, podendo ser letal. “Caso provoquem o vazamento da amônia, podem causar um grave acidente ambiental e colocar suas vidas em risco”, diz a empresa, que pediu a intervenção da Polícia Federal, responsável pelo licenciamento do produto.

A construtora informou ter entrado em contato com as autoridades, para garantir as condições de segurança no local e “buscar a melhor solução para o incidente”. O capitão Cristiano Lima, comandante do Tático da Polícia Militar, disse que seus 70 homens - armados com bombas de efeito moral, escudos, máscaras contra gases e balas de borracha - só entrariam no canteiro para retirar as famílias se as negociações com o governo fracassassem.

No meio da tarde veio uma ordem de Belém, atribuída à governadora Ana Júlia (PT), para que a PM deixasse o local porque tudo se resolveria com o diálogo. Para a coordenadora do MAB, Euvanice Furtado, a responsabilidade por tudo de ruim que vier a acontecer será da Eletronorte, acusada de “lavar as mãos” para um problema que se arrasta há mais de 20 anos.

A Eletronorte nega que esteja em negociações com o MAB e diz que pediu a reintegração de posse do local à Justiça.

Sem-terra protestam contra Syngenta – Estado de São Paulo – Nacional – 11/12/2007

Militantes do MST ocuparam ontem unidades da Syngenta Seeds em Paulínia (SP) e Aracati (CE) e fizeram protestos no Rio e Espírito Santo. As manifestações são parte da campanha “Syngenta Fora do Brasil”, lançada depois da morte do líder Valmir Mota de Oliveira, em outubro - baleado num confronto com seguranças durante invasão da propriedade da Syngenta em Santa Teresa do Oeste (PR). Em nota, a Syngenta disse que não teve participação no caso e o contrato com a empresa de segurança previa vigilância não armada. O Ministério Público em Cascavel (PR) informou que até o fim da semana terá uma posição sobre o inquérito policial.

Invasores ameaçam destruir equipamentos em Tucuruí – Estado de São Paulo – Nacional – 11/12/2007

Manifestantes dão 48 horas para discussão de indenizações à população

Os 300 invasores que desde quarta-feira ocupam o canteiro de obras das eclusas da hidrelétrica de Tucuruí (PA) deram ontem um ultimato ao governo - destruirão máquinas e equipamentos da construtora Camargo Corrêa, caso não haja negociação, nas próximas 48 horas, para indenizar ex-moradores que perderam suas casas. Nos últimos seis dias, cinco veículos foram incendiados, mas ainda restam outros 15 no local.

A Polícia Militar mandou seu pelotão de choque de Belém para Tucuruí, mas a tropa, que recebeu ordem da Justiça Federal para cumprir liminar de reintegração de posse, ainda reluta em invadir o canteiro de obras. Há temor de uma reação violenta das famílias ligadas ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que cobram diálogo com as Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte) e representantes do governo.

“Se não houver nenhuma negociação, cumprimos a qualquer momento a decisão da Justiça”, avisou o comandante da PM de Tucuruí, tenente-coronel Daniel Mendes.

DESTRUIÇÃO - Os manifestantes incendiaram ontem um carro da empresa de segurança que fazia ronda pelo local. Dois tratores, um ônibus e um caminhão também já foram queimados. Desde sábado, para pressionar a Eletronorte, os manifestantes banharam outros dez veículos com gasolina e os aproximaram de depósitos de materiais inflamáveis.

A Eletronorte voltou a informar ontem que qualquer negociação com os manifestantes será de iniciativa do governo, não da empresa.

Sem-terra protestam contra multinacional em cinco Estados – Folha de São Paulo – Brasil – 11/12/2007

No CE, eles invadiram fazenda e quebraram estufas e laboratórios; membros do MST e da Via Campesina criticam a presença da suíça Syngenta Seeds no Brasil

DA AGÊNCIA FOLHA - Militantes sem-terra promoveram ontem invasões e protestos em ao menos cinco Estados (SP, ES, CE, SE e PB) contra a presença da multinacional suíça Syngenta Seeds no Brasil.

Pela manhã, agricultores ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e ao MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) invadiram uma unidade da Syngenta em Aracati (150 km de Fortaleza), derrubaram cercas, quebraram estufas e laboratórios de pesquisas. Não houve confronto, mas funcionários foram impedidos de entrar. Ninguém foi preso.

Em Paulínia (126 km de SP), membros do MST e da Via Campesina invadiram unidade de fabricação de agrotóxicos da multinacional. Os sem-terra quebraram um portão e entraram com um carro de som. Eles deixaram o local às 16h.

Em nota, a Syngenta informou que a saída coincidiu com a obtenção de liminar na Justiça para retirada dos militantes. Afirmou ainda que os funcionários foram obrigados a se retirar durante a invasão.

A empresa negou participação na morte de Valmir Mota de Oliveira, o Keno, morto durante invasão dos movimentos, em outubro, à unidade da Syngenta em Santa Tereza do Oeste (PR). Um segurança também morreu no confronto.

Ontem, os sem-terra picharam a fachada e paredes da empresa em Paulínia com frases como "Syngenta assassina" e "Keno Vive". Para os sem-terra, que organizaram as ações no Dia Internacional dos Direitos Humanos, a manifestação foi pela "soberania alimentar".

No Nordeste, os atos foram marcados por protestos contra a transposição do rio São Francisco e em solidariedade à greve de fome do bispo de Barra (BA), d. Luiz Flávio Cappio.

Na Paraíba, houve protestos em João Pessoa, Campina Grande e Patos. Em Sapé, 500 pessoas fecharam a BR-230. Um sargento aposentado da PM tentou furar o bloqueio e teve o carro amassado, segundo a Polícia Civil. Em Sergipe, protesto parou o trânsito na ponte que liga o Estado a Alagoas. No Espírito Santo, sem-terra fizeram panfletagem em trecho da BR 101 Sul.

CPT lança pesquisa para ajudar d. Luiz Flávio – Leandro Beguoci – Folha de São Paulo – Brasil – 11/12/2007

A CPT (Comissão Pastoral da Terra) divulgou ontem dados sobre conflitos pela água ocorridos entre janeiro e setembro deste ano. O objetivo é aumentar a repercussão da greve de fome do bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio. Ele está em jejum há 14 dias, em protesto contra as obras de transposição do rio São Francisco.

A entidade é ligada à esquerda católica e age como uma organização independente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dirigida por bispos moderados. A comissão é muito próxima dos movimentos de sem-terra.

Segundo a CPT, 42,5% dos conflitos pela posse da água ocorreram em Estados banhados pelo São Francisco. Diz ainda que, dos 14 embates registrados na região Sudeste, 11 aconteceram em Minas Gerais -Estado onde nasce o rio.

Por fim, aponta que mais do que dobrou o número de famílias envolvidas nesse tipo de combate, em todo o país. Saltou de 12.632 para 25.919 (crescimento de 105,2%).

O estudo da comissão não faz menção a d. Luiz. A Folha perguntou ao presidente da CPT, d. Xavier Gilles, bispo de Viana (MA), se a publicação era uma demonstração de apoio à greve de fome. "Sem dúvida, a CPT está dando todo apoio ao gesto profético de d. Luiz."

Também declarou que o bispo não está fazendo greve de fome, mas "jejum, como Jesus no deserto, com orações até o fim, em um gesto bem franciscano que, infelizmente, não está sendo bem compreendido por alguns setores da igreja".

Ele disse que o bispo de Barra vai até o fim. "Lula não cumpriu o acordo da primeira vez, não é agora que vai cumprir."

Quem também defendeu d. Luiz é a Conlutas, central sindical ligada ao PSTU. Em nota, atacou o artigo do ministro da Integração Regional, Geddel Vieira Lima, publicado ontem pela Folha. A nota diz que Geddel chama o bispo de "inimigo número 1 da democracia", o que lembra as palavras usadas pelo presidente dos EUA, George W. Bush, para justificar a invasão ao Iraque.

Também chama para um protesto em apoio ao bispo que deve acontecer amanhã, na praça da Sé (SP), às 16h. Pastorais e o MST devem participar.

Em nota divulgada ontem, a Comissão de Justiça e Paz da CNBB, um dos braços da entidade, cobrou a ampliação dos debates sobre o rio São Francisco e pediu "um gesto de boa vontade do governo, das igrejas e da sociedade civil para resolver a questão".

Colaborou a Sucursal de Brasília

CPT divulga relatório parcial de conflitos no campo em 2007 – Sítio Eletrônico do MST – 11/12/2007

A comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou ontem, dia 10, os dados parciais dos conflitos no campo, relativos aos meses de janeiro a setembro de 2007. O total de assassinatos ocorridos no campo até dezembro de 2007, somam um total de 25. Para ter acesso às tabelas [Clique aqui](#)

Os conflitos pela água, neste ano, apresentaram crescimento em relação a igual período de 2006. De 38 conflitos para 40 em 2007. O número de pessoas envolvidas, porém, mais que dobrou: de 12.632 para 25.919. Na região Sudeste houve o maior crescimento desses conflitos, de 6, em 2006, para 14, em 2007. Destes, 11 são em Minas Gerais. 17 dos 40 conflitos, 42,5%, foram registrados nos Estados banhados pelo rio São Francisco, objeto do projeto de Transposição do governo federal.

Diminuição de conflitos não esconde a violência

Mesmo que em termos absolutos tenha havido uma queda geral nos números dos conflitos, em termos relativos há crescimento da violência. Em 2006, para cada ocorrência de conflito houve 1,2 famílias expulsas, 16 despejadas e os assassinatos correspondiam a

um para cada 47 conflitos. No mesmo período de 2007, (é bom ressaltar que são dados ainda parciais) para cada ocorrência de conflito se computam 5 famílias expulsas, 19 despejadas e um assassinato para 44 conflitos.

Mas é em relação ao número de famílias expulsas pelo poder privado que se verifica o maior crescimento da violência, não seguindo a tendência de queda verificada em outros indicadores. As famílias expulsas passaram de 1.657, em 2006, para 2.711, em 2007, mais de 100% a mais. Este aumento verificou-se em todas as regiões do País, sem exceção:

FAMÍLIAS EXPULSAS		
Região	2006	2007
Centro-Oeste	0	318
Nordeste	459	491
Norte	714	757
Sudeste	95	435
Sul	49	710
Total	1.317	2.711

Isto mostra que o poder do latifúndio e do agronegócio está atento e atuante, disposto a agir por conta própria caso o poder público não atenda suas reivindicações de punir os trabalhadores que se levantam na defesa de seus direitos.

Número de conflitos em queda

No geral, porém, o ano de 2007 apresenta números inferiores aos de igual período de 2006. O total de conflitos no campo (conflitos por terra, por água, trabalhistas e etc.) de 1.414, em 2006, caiu para 837. O número de pessoas envolvidas passou de 652.284 para 561.926, e o número de assassinatos de 30 para 19.

Também em relação ao trabalho escravo o número de ocorrências caiu de 214, em 2006, para 177, em 2007, com, respectivamente, 5.767 e 5.127 trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão.

Os conflitos exclusivamente por terra passaram de 1.042, para 540. As ocupações despencaram de 329 para 247, e os acampamentos de 60 para 35. O número de famílias, nas ocupações, porém, cresceu, passou de 35.315 para 37.630. O número de famílias despejadas foi menor: 17.443, em 2006; 10.669, em 2007.

Por outro lado, o número de Manifestações cresceu passando de 579, com a participação de 359.998 pessoas, em 2006, para 671, com a participação de 465.394 pessoas, em 2007.

O que explicam esses números

O aumento no número de famílias em ocupações, apesar de estas terem sofrido uma diminuição expressiva, acaba evidenciando que o número de famílias sem terra continua muito elevado e que há necessidade de um programa efetivo de reforma agrária.

A queda acentuada no número de conflitos se dá não porque tenha sido adotada uma política mais eficaz de reforma agrária ou de combate à violência. O que se pode sentir é que a não execução da reforma agrária, com famílias acampadas há 4, 5, 6 ou mais anos, desestimula a ação dos trabalhadores e dos seus movimentos, daí a queda expressiva dos números de ocupações e acampamentos. Aliado a isso, o bolsa-família dando um mínimo de condições para as famílias terem o alimento de cada dia, acaba arrefecendo o ímpeto de

quem, premido pela necessidade, tem que buscar a qualquer custo seus meios de sobrevivência.

Número de assassinatos dobra no Centro-Oeste

Analisando os números em detalhe, o que se vê é que o número de assassinatos que decresceu no país como um todo, teve um aumento de 100% no Centro-Oeste passando de 2, em 2006, para 4 em 2007; e de 50% na região Nordeste, passando de 4 para 6.

No Centro-Oeste, 3 dos 4 assassinatos são de indígenas, dois deles no Mato Grosso do Sul onde os Guarani-Kaiowá vivem a situação mais dramática de que se tem conhecimento, encurralados em pequenas áreas ou acampados na margem de estradas, não se garantindo espaço para quem era o dono de toda aquela região. O outro indígena foi assassinado no Mato Grosso.

No Nordeste, dos 6 assassinatos, 3 são também de indígenas, 1 na Bahia, 1 no Ceará, e 1 no Maranhão. Também ali se configura uma situação em que o avanço do agronegócio não respeita nada, muito menos comunidades tradicionais, taxadas de improdutivas e de serem empecilho para o progresso.

No Centro-Oeste, cresceu o número de pessoas submetidas ao trabalho escravo. De 1.078, em 2006, passaram para 1.157, em 2007, com destaque para Goiás que de 3 ocorrências, em 2006, passou para 8, em 2007, com envolvimento de pessoas passando de 113 para 441. O mesmo acontecendo em Mato Grosso do Sul onde se registraram 9 ocorrências, envolvendo 628 pessoas, em 2007, contra 3 ocorrências e 39 pessoas, em 2006. O trabalho escravo também cresceu expressivamente no Maranhão e no Piauí. Goiás também se destaca por ter aumentado o número geral de conflitos, de 28 para 31 e de famílias envolvidas de 16.870 para 25.904.

Sudeste, onde conflitos e violência crescem

O que mais chama a atenção, porém, na análise mais regionalizada dos números é a região Sudeste que se comportou de modo inverso ao restante do país. A região foi a única que apresentou crescimento no número de conflitos passando de 180, para 193 e no número de pessoas envolvidas, que saltou de 71.983 para 112.356. Em relação às famílias expulsas a região Sudeste seguiu a tendência geral do País, passaram de 95 para 435. O Sudeste também foi o único que apresentou crescimento no número de famílias despejadas passando de 980 para 1.477. Foi só nessa região, ainda, que houve crescimento no número de ocupações: 78, em 2006; 88, em 2007, e de acampamentos: 4, em 2006; 7, em 2007.

Na região mais rica e urbanizada do País é impressionante constatar que ocorreram 23,5% de todos os conflitos no campo, e onde estão 20% das pessoas envolvidas em conflitos. O grande progresso tecnológico aplicado ao campo e o avanço das monoculturas geram, além das riquezas propagandeadas, maior desigualdade, exclusão e, em consequência disso, novos e graves conflitos.

A bem da verdade pode-se imputar este destaque do Sudeste à presença mais próxima dos meios de comunicação que registram os fatos, na maior parte das vezes, para criticar a ação dos trabalhadores. Em outras regiões do País, boa parte dos conflitos nunca chegam ao conhecimento público. Como diz o professor Carlos Walter Porto Gonçalves, da Universidade Federal Fluminense: “Não deixa de ser preocupante que a região mais rica do Brasil apresente crescimento da violência no campo em relação às demais regiões. Uma nova geografia da violência está se desenhando, conforme indicam estes dados parciais de 2007. Tudo indica que o avanço do cultivo da cana, diante da febre dos agrocombustíveis, esteja trazendo implicações no aumento do preço da terra, que rebata no programa de Reforma Agrária, e consigo carrega o aumento da violência .”

Brincando com fogo – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 12/12/2007

Por trás dos atos terroristas de qualquer espécie há sempre “justificativas” - às vezes genéricas, às vezes específicas - de reparação de “injustiças”. As famílias ligadas ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) cobram “diálogo” com as Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte) e representantes do governo, para que se disponham a aceitar o valor de indenização que reivindicam para as 100 famílias deslocadas da região, assim como o seguro para os pescadores impedidos de exercer sua atividade durante o período de reprodução dos peixes no Tucuruí e no Rio Tocantins. As famílias não aceitam o valor proposto pela empresa - de R\$ 4 mil a R\$ 15 mil - e exigem o pagamento de R\$ 60 mil. O meio de pressão que têm usado, para obter o que pretendem, tem sido o vandalismo que, não encontrando reação suficiente para freá-lo, chega às raias do puro terrorismo.

Depois de terem incendiado 2 tratores, 1 ônibus, 1 caminhão e 1 carro da empresa que fazia a segurança no local, os invasores, que desde quarta-feira da semana passada ocupam o canteiro de obras das eclusas da Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, deram um ultimato ao governo: se não houver negociação, nas próximas 48 horas, para indenizar os ex-moradores que perderam suas casas, os militantes do MAB destruirão máquinas e equipamentos da construtora Camargo Corrêa, encarregada das obras. E nos últimos seis dias eles já queimaram 5 veículos, mas ainda restam outros 15 (para serem queimados) no local.

É claro que já houve recurso à Justiça, por parte da estatal, e foi expedido mandado de reintegração de posse. Mas, como já é costume neste país - em grande parte decorrente da força política adquirida por movimentos ilegais, como o MST e assemelhados -, as decisões judiciais precisam ser negociadas a posterior, para serem (eventualmente) obedecidas. Assim, a Polícia Militar (PM) mandou seu pelotão de choque de Belém para Tucuruí, mas a tropa, que recebeu ordens da Justiça Federal para cumprir liminar de reintegração de posse, relutou em invadir o canteiro de obras ocupado pelos invasores, com temor de uma reação violenta.

Isso quer dizer que, mesmo respaldados por uma ordem da Justiça (à qual não podem desobedecer, sob pena de praticarem crime, eles próprios), os oficiais comandantes da Polícia Militar paraense confessam sua omissão, julgando que estão sendo firmes, ao afirmar, como avisou o tenente-coronel comandante da PM de Tucuruí: “Se não houver nenhuma negociação, cumprimos a qualquer momento a decisão da Justiça.” Mas como assim? Como a autoridade policial pode subordinar o cumprimento de uma ordem judicial a uma condicionante (“se não houver nenhuma negociação”) não estabelecida pela Justiça? E desde quando o momento (“a qualquer momento”) da execução de uma ordem judicial é escolhido pelo executor, a seu próprio critério?

Além da destruição dos veículos e das ameaças de destruição de máquinas e equipamentos, os manifestantes do MAB, para pressionar a Eletronorte, encharcaram outros 10 veículos com gasolina e os aproximaram de depósitos de materiais inflamáveis. Lembre-se que, por ordem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Exército já deslocou um batalhão de soldados, além de policiais federais, para desocupar o local, já que os invasores estavam “brincando” com os equipamentos - tendo um deles, o líder do MAB,

Roquevan Silva, até fingido que apertava um botão da sala de controle, diante das câmeras de televisão. O episódio, aliás, se tornou bem emblemático de toda a irresponsabilidade, de parte a parte: estão, literalmente, brincando com fogo!

Sim, e estão “brincando” muito mais com a Segurança, com a Justiça e com as Instituições. Se toda ameaça de prática de violência é crime - e ameaça é crime bem definido no Código Penal -, se são conhecidos os líderes da ocupação criminosa, se há uma decisão liminar de reintegração de posse a ser cumprida, o que espera a autoridade policial para prender esses criminosos e impedir uma verdadeira tragédia na importante usina estatal de produção energética?

Justiça decreta prisão de 6 no Paraná - Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Nacional – 12/12/2007

Eles foram denunciados, juntamente com outras 13 pessoas, por envolvimento no confronto na Syngenta

O Ministério Público Estadual em Cascavel (PR) concluiu, ao apresentar denúncia contra 19 envolvidos no confronto na estação experimental da Syngenta, que o sem-terra Celso Ribeiro Barbosa foi o autor do tiro que matou o segurança Fábio Ferreira, enquanto Rodrigo de Oliveira Ambrósio foi o responsável pelo tiro que vitimou o sem-terra Valmir Mota de Oliveira, o Keno.

Os dois tiveram prisão preventiva decretada, mas estavam foragidos ontem. O confronto na Syngenta, em Santa Teresa do Oeste (PR), aconteceu no último dia 21 de outubro.

Segundo a promotora Fernanda Nagl Garcez, a conclusão em relação ao sem-terra foi possível graças à análise das provas técnicas: “O laudo de levantamento no local do crime, de reconstituição, pelo depoimento do Celso quanto à posição que estava, pelos laudos que atestam entrada e saída das balas e depoimentos de outras pessoas”. O interrogatório dos réus na Justiça está marcado para o dia 20.

Também ontem, a Justiça de Cascavel decretou as prisões preventivas de Nerci de Freitas, proprietário da empresa NF Segurança, de dois funcionários da companhia (Alexandre Magno Winche Almeida e Alexandre de Jesus) e da líder do Movimento dos Sem-Terra (MST) na região, Célia Aparecida Lourenço.

Eles fazem parte da lista de denunciados pela prática de delitos relacionados à morte de Fábio e de Keno. A polícia cumpriu os mandados contra Freitas, Almeida e Jesus. A líder do MST na região era considerada ontem foragida.

A denúncia abrange ainda outras 13 pessoas, entre elas o presidente da Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO), Alessandro Meneghel, acusado de formação de quadrilha

armada, exercício arbitrário das próprias razões e lesões corporais leves. “O Ministério Público entendeu que várias pessoas concorreram para os atos”, informou a promotora Fernanda.

O presidente da SRO disse que vai se defender das acusações. “Nós apenas queremos que o direito de propriedade seja respeitado, contratamos empresas autorizadas pela Polícia Federal e só o fazemos porque o Estado não cumpre sua função de nos dar segurança”, alegou Meneghel. A advogada dos seguranças, Edinéia Sicbneihler, acredita que agora haverá imparcialidade.

“É um voto de credibilidade, pois a gente tem confiança no Poder Judiciário de que todas as pessoas envolvidas e citadas no inquérito agora irão responder e se defender criminalmente”, afirmou.

Em nota, a Via Campesina disse que “os trabalhadores que foram vítimas do ataque-surpresa da milícia armada da Syngenta estranhamente estão sendo indiciados como suspeitos do crime”. Anteontem, em Paulínia (SP), cerca de 100 sem-terra ocuparam a unidade de produção de agrotóxicos da empresa. O protesto fez parte da campanha “Syngenta Fora do Brasil”, lançada após a morte de Keno.

LIMEIRA - Ao menos 600 sem-terra invadiram ontem de novo as três áreas do acampamento Elizabeth Teixeira, no Horto Florestal Tatu, em Limeira (SP). Eles tinham sido retirados do local pela Polícia Militar no último dia 29. Segundo a coordenação do MST na região, a reocupação ocorreu pois a reintegração de posse pedida pela prefeitura e concedida pela Justiça em novembro é irregular. A reocupação foi pacífica, mas homens da Guarda Municipal permaneciam no local.

COLABOROU TATIANA FÁVARO

Manifestantes decidem deixar área de Tucuruí – Folha de São Paulo – Brasil – 12/12/2007

DA AGÊNCIA FOLHA - Cerca de 300 militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens e da Via Campesina começaram a deixar ontem o canteiro de obras das eclusas da hidrelétrica de Tucuruí (PA), invadido há uma semana.

Eles, que reivindicam pagamento de indenização a pescadores e reclamam que as casas construídas para os atingidos são pequenas, exigiram a garantia de que nenhum militante fosse preso e uma reunião com representantes do governo.

Líder de assentamento rural é assassinado no interior de Minas – Renata Baptista –
Folha de São Paulo – Brasil – 13/12/2007

João Calazans presidia o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pingo D'Água

O líder de um assentamento rural foi assassinado anteontem, em Pingo D'Água (MG). João Alves Calazans, 50, ligado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, estava no quintal de casa com a mulher, a sogra, uma cunhada e os dois filhos quando foi atingido por um tiro na cabeça, por volta das 21h30.

Segundo a PM, ninguém viu o assassino, mas suspeita-se que ele tenha fugido em uma moto. Calazans morreu antes de chegar ao hospital. Presidente da Associação do Assentamento Chico Mendes 2, também presidia o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pingo D'Água. Foi secretário do Meio Ambiente do município e coordenador regional da Fetaemg.

A Polícia Civil deteve ontem três pessoas que teriam tido atritos com o sindicalista. Segundo o escrivão Mauro Garcia, as três seriam liberadas após prestar esclarecimentos. Segundo a CPT (Comissão Pastoral da Terra), as terras do assentamento foram invadidas em 1999 e, mesmo após a criação do assentamento, em 2002, há conflitos na área por causa da demora do governo em finalizar a divisão do espaço.

Em nota, a comissão disse que Calazans recebia ameaças e que sua morte era "anunciada". "Ele incomodou os latifundiários do Vale do Rio Doce e do Vale do Aço, denunciou as péssimas condições de trabalho e a exploração de trabalhadores rurais nas carvoarias da região, que sustentam as siderúrgicas."

O Incra diz que 48 famílias vivem no assentamento, mas algumas diziam estar insatisfeitos com a divisão de lotes.

Pará é o Estado que mais utiliza trabalho escravo – Folha de São Paulo – Brasil –
15/12/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O Ministério do Trabalho divulgou ontem a lista de empresas e empregadores autuados por suposta exploração de mão-de-obra escrava. Com a inclusão de 15 nomes, sendo que 2 deles estão com liminar na justiça, a relação passa a ter 189 nomes.

Os empregadores na listagem ficam impedidos de obter empréstimos em bancos oficiais do governo e também não podem ter acesso a recursos de fundos públicos. A exclusão da lista depende do monitoramento por um período de dois anos. O auditor fiscal do trabalho, Cláudio Secchin, diz que a pecuária e agricultura são os setores que mais empregam esse tipo de mão-de-obra. O Pará tem o maior índice de trabalhadores em condições de escravidão. Depois, aparece Mato Grosso. A lista pode ser conferida em www.mte.gov.br Pará é o Estado que mais utiliza trabalho escravo.

O que é um “movimento social”? Sociólogos e filósofos se ocupam da resposta há tempos. Na mídia brasileira, o conceito se banalizou. Pior. Virou sinônimo de organização política. Como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Os movimentos sociais nascem, na tradição do pensamento marxista, das contradições “de classe”. O povo, sem representação formal, move-se contestando a ordem capitalista. Novos personagens aspiram ao domínio social. Vislumbra-se a revolução socialista.

Essa ideologia tentou enquadrar o movimento estudantil de 1968. Não vingou. Embora os jovens contestadores da época criticassem a sociedade burguesa, não os movia a rédea do poder. Não eram comunistas, talvez anarquistas. Nenhum rótulo coube no famoso movimento social que, de Paris, se espalhou pelo mundo, ninguém sabe direito como, se nem internet havia.

Pertence aos movimentos sociais tal característica. Uma faísca incendeia a sociedade e espalha sua causa. Forma-se uma identidade coletiva, um grupo a lidera, a massa apóia. Inexiste hierarquia, nada é institucionalizado. Os negros norte-americanos, a luta ecológica, o pacifismo indiano, a revolução sexual. Cada qual, a seu modo, impôs a sua agenda e causou profundas mudanças na sociedade. Ganha a democracia.

Na questão agrária brasileira, o mando da oligarquia rural enfrentou a resistência não da política tradicional, mas da opinião pública formada nas cidades. A partir das Ligas Camponesas, movimento reformista surgido em Pernambuco no início dos anos 60, a sociedade acordou. Chega de latifúndio.

Da teoria para a dura realidade. Audiência realizada na Câmara dos Deputados, dias atrás, escancarou a violência rural implantada no sul do Pará. Bandoleiros fortemente armados invadem fazendas, fazem reféns e expulsam moradores. Saqueiam e depredam, roubam gado, tratores, arame de cerca. Fazem barbaridades.

Duas regiões do Pará sofrem o banditismo no campo. Um foco está em Marabá, envolvendo os municípios de Parauapebas, Canaã, Curionópolis e Eldorado dos Carajás. Outro acomete Redenção, abrangendo Cumarú, Santana do Araguaia e Pau D’Arco. Cerca de 160 propriedades já contabilizam prejuízos de R\$ 100 milhões. Neste momento, 27 fazendas, com 100 mil cabeças de gado, encontram-se dominadas pelas quadrilhas rurais.

Em 17 de outubro último, relatório reservado da polícia paraense descrevia assim a situação encontrada na Fazenda Colorado: “Ao chegar, ainda no asfalto, fomos recepcionados por oito elementos fortemente armados, com armas de grosso calibre, alguns encapuzados em suas motocicletas, dizendo textuais ‘o que vocês querem aqui, não é para entrar, vocês são conhecidos do dono da fazenda?’ Em ato seguinte relatamos aos meliantes, os quais não foram presos em flagrante delito pelo fato da equipe de policiais encontrar-se naquele momento em desvantagem numérica, que apenas estávamos passando

pelo local e o que nos chamou a atenção foi a faixa colocada na entrada da porteira, e nada mais, posteriormente seguimos nosso destino.”

Amedrontados, acovardados diante dos invasores, os policiais temem especialmente a Liga dos Camponeses Pobres (LCP), que domina a região de Redenção. Treinada, dizem por lá, por gente do Sendero Luminoso (grupo guerrilheiro de inspiração maoísta do Peru), a organização não brinca em serviço. Se os policiais fogem do pau, imaginem os proprietários rurais.

Na região de Marabá impera o MST. É paradoxal. Perto de 15% do volume da reforma agrária brasileira ocorreu naquele canto. Cerca de 100 mil famílias receberam terras nas centenas de projetos de assentamento. Mas, ao invés de acalmar, aumentou a violência rural.

Argumenta-se que são griladas as terras do sul do Pará. É sabido que, entre os anos 60 e 70, muita gente grávida se apoderou daqueles férteis solos, totalmente florestados, áreas consideradas devolutas. Ocorreu por lá uma espécie de Eldorado tupiniquim. Na verdade, um assalto à natureza. Garimpeiros, madeireiros, prostitutas, fazendeiros, posseiros, todos se uniram, com apoio do regime militar, para dilapidar os fartos recursos naturais. Triste história.

O erro do passado cobra a conta no presente. O caos fundiário se instalou naquelas bandas, onde escritura de terra, mesmo registrada no cartório, não vale uma pena. Terra sem lei. A insegurança jurídica sobre a propriedade fermenta a cobiça. Daí para a violência a porta é curta.

A situação é apavorante. Haverá confronto, a vida por um fio. Grave, acima de tudo, afora o conflito real, é o governo estadual afirmar, calmamente, que está negociando com os “movimentos sociais” da região. Movimentos sociais?

Ora, treinamento na selva, ordem unida, comando militarizado, logística de deslocamento, esquema financeiro, nada disso pertence à história dos verdadeiros movimentos sociais. O que se vê acontecer no sul do Pará é puro banditismo rural. Gente criminosa, organizada, se disfarça de sem-terra para assaltar e roubar. Um logro para enganar a opinião pública.

Cabe ao Estado, não às milícias, botar ordem naquela bagunça fundiária, fazendo imperar a justiça no sul do Pará. Aceitar que grupos organizados decidam, por conta própria, arrebanhar o patrimônio alheio afronta a democracia. No campo ou na cidade, na agricultura como na indústria. Configura crime, incitação à barbárie, cultivo da violência.

Este é o ponto. Valorizar o movimento social significa cultivar a liberdade.

Não destruí-la.

Lista do trabalho escravo tem 189 empregadores – Evandro Éboli – O Globo – O País – 18/12/2007

Relação divulgada por ministério inclui fazendeiros reincidentes e produtores de soja e leite

Evandro Éboli

BRASÍLIA. Versão atualizada da nova lista suja do trabalho escravo, divulgada ontem pelo Ministério do Trabalho, relaciona 189 empregadores flagrados pelo Grupo Móvel de Fiscalização.

Além da reincidência no crime, vários empregadores foram mantidos na lista porque deixaram de pagar multas aplicadas pelos auditores do Grupo Móvel.

Os fazendeiros Joaquim Maria Daflon e Walderez Fernando Barbosa estão entre os casos de proprietários reincidentes.

Barbosa estava na lista desde 2004 por causa de uma ação que libertou 15 pessoas, numa fazenda de sua propriedade, em Tocantins. Mas ele continua na relação porque uma operação dos fiscais, em 2005, encontrou dois funcionários que trabalhavam como mão-de-obra de escrava em outro imóvel de Barbosa, também em Tocantins.

Joaquim Daflon consta da lista porque foi pego em três fiscalizações do ministério, duas em 2004 e uma em 2006.

Proprietário incluído perde acesso a recursos públicos Na versão atualizada de 2007, foram incluídos grupos econômicos como a Laticínios Morrinhos Indústria e Comércio, que produz o Leitbom, a Agropecuária Roncador e a Agropecuária e Industrial Serra Grande (Agroserra), proprietária de usinas de álcool e produtora de soja.

A lista suja é atualizada semestralmente e a relação é divulgada desde 2003. Incluído na lista, o proprietário fica proibido de ter acesso a recursos públicos e, durante dois anos, é monitorado pelos fiscais do Ministério do Trabalho. Se não reincidirem, são excluídos do rol. Os empregadores citados na lista são incluídos em outra relação, a das “Empresas pertencentes à cadeia produtiva do trabalho escravo”.

Essa relação é utilizada por indústrias no momento de comprar matéria-prima. Há um boicote comercial aos fazendeiros da lista suja.

De 1995 até 2007, mais de 26 mil trabalhadores foram submetidos ao trabalho escravo. O Grupo Móvel é composto, além dos fiscais do Trabalho, por agentes da Polícia Federal e procuradores do Ministério Público do Trabalho.

Oficina discute planos operacionais para Cadastro de Terras – Sítio Eletrônico do MDA - 18/12/2007

A Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA) realiza em Brasília, desta terça (18) até quinta-feira (20), no hotel Heron, uma oficina de trabalho do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária. O objetivo do encontro é discutir a operacionalização do programa e a elaborar os Planos Operacionais Anuais (POAS) para os estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Maranhão, onde atuará nesta primeira fase.

Participam da oficina representantes da Unidade de Gestão Nacional da secretaria, dos órgãos estaduais de terras, da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e das Federações dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Fetrafs). O

secretário de Reordenamento Agrário, Adhemar Lopes de Almeida, participa da abertura do evento, às 9h.

O programa - O Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária é uma ação social que beneficia os agricultores familiares, dando a eles a segurança jurídica da posse do imóvel. O programa é desenvolvido pela SRA em parceria com os Institutos Estaduais de Terra, e conta com recursos da União e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O trabalho consiste no levantamento e no georreferenciamento dos imóveis, com aparelhos GPS, para identificar os limites das propriedades. As informações possibilitam um diagnóstico da situação fundiária dos municípios pesquisados e servirão como instrumento importante para as políticas públicas.

Para ampliar as ações do programa, em maio de 2007, foi fechado um acordo de empréstimo com o BID no valor de R\$18 milhões, sendo R\$ 10,8 milhões repassados pelo Banco e R\$ 7,2 milhões como contrapartida do Governo Federal. Os recursos são destinados à execução do programa nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo, com previsão de ampliação, em uma segunda etapa, para todo o País.

A regularização Fundiária traz muitos benefícios para o agricultor familiar. Além da segurança jurídica, com o título da terra, os agricultores podem ter acesso às demais políticas públicas do governo, entre elas o crédito rural e a assistência técnica. O agricultor familiar também fica livre dos custos do georreferenciamento, previsto na Lei Nº 10.267/2001.

Uso da terra e falta de informação no Brasil - André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 19/12/2007

Na era do aquecimento global, conhecer com precisão o uso da terra no Brasil se transformou em obsessão das pessoas envolvidas com o tema da mudança climática. A obsessão só tende a crescer, agora que a prevenção contra o aquecimento global ganhou status de maior ação coletiva já desenvolvida pela humanidade. O Brasil, no papel de um dos maiores depositários de terra do mundo, foi pego desprevenido. Estamos descobrindo, a duras penas, que sabemos pouco sobre o uso da terra no País. A maior prova é que o mais recente número oficial sobre a área ocupada com pastagem data de 1996. Faz tempo, não?

A questão do uso da terra ganhou status de prioridade porque o Brasil se torna o quarto maior emissor de gases do efeito estufa do mundo quando o desflorestamento da Amazônia é contabilizado quanto ao carbono que deixa de ser seqüestrado a partir do corte da vegetação. Mesmo que muita gente sensata já esteja mostrando que as emissões provenientes de setores como transporte e geração de energia elétrica têm impacto muito maior no aquecimento global que o desflorestamento - até porque, ao contrário das emissões provenientes desses setores, que são sempre negativas, no caso da mudança do uso da terra podemos conceber sistemas que levem a um aumento no carbono seqüestrado,

e não o inverso, como tem sido afirmado com maior frequência -, já passamos da hora de melhorar o grau de conhecimento sobre o uso da terra no Brasil, que, como é de esperar, está diretamente relacionado à produção agropecuária e à silvicultura, os maiores setores demandantes de vastas extensões de terra.

O que quero mostrar neste artigo é que um país do tamanho do Brasil, na posição de terceiro maior produtor agrícola e nono maior detentor de florestas plantadas do mundo, não pode continuar conhecendo tão pouco sobre uso corrente da terra em território nacional e, ainda mais importante, sobre as mudanças por que ele passará, fruto de transformações estruturais no mercado de commodities agrícolas, como o aumento do preço dos grãos e das oleaginosas e o crescimento do mercado de biocombustíveis.

Um exemplo ilustra a minha preocupação com tema tão importante e do qual temos escasso conhecimento e disponibilidade de informações. Desconheço no Brasil qualquer iniciativa na esfera governamental, acadêmica ou privada de produção de cenários de longo prazo sobre área plantada e produção agropecuária. O governo brasileiro, quando toma suas decisões de política agrícola, não tem à disposição nenhum cenário quantitativo de impacto dos instrumentos de política na alocação e no uso da terra para produção agropecuária. Quando muito, o governo trabalha com expectativas de curto prazo dos impactos de suas políticas sobre área, produção e preços agropecuários. O zoneamento agroecológico, em discussão em Brasília, vai ajudar a conhecer o uso corrente da terra, mas em nada contribuirá para entendermos as mudanças na alocação espacial das atividades agropecuárias.

Isso significa que não há informação disponível no Brasil para responder a questões básicas, antes levantadas apenas pelos concorrentes mundiais do País e, hoje, também pelas pessoas envolvidas no tema do aquecimento global: quanto de terra a expansão de cana-de-açúcar, soja, milho, algodão e florestas plantadas vai demandar no futuro e quanto a pecuária de corte vai liberar para esses produtos via ganhos de produtividade? Como a agropecuária brasileira responderá em termos de demanda de terra aos incentivos de mercado mundial? A resposta, ainda, é não sei.

Neste ponto, sou obrigado a dizer que sinto uma certa inveja dos norte-americanos. Nos EUA, o governo e o setor privado têm à disposição, anualmente, pelo menos duas previsões para dez anos de área plantada, produção, demanda internacional e preços de commodities agropecuárias. Essas previsões são chave para que o Departamento de Agricultura do governo norte-americano conheça em detalhes os impactos dos instrumentos de política de sua Lei Agrícola. Já o setor privado pode planejar-se não só conhecendo as tendências de preços, mas analisando a capacidade do setor produtivo dos EUA de responder aos incentivos de mercado.

Aqui, no Brasil, onde não temos nada disso, essa informação teria duplo valor. O primeiro é o mesmo valor auferido pelo governo e pelo setor privado norte-americano. O segundo é que seria um instrumento de grande poder para entender as tendências de longo prazo do uso da terra no Brasil e as mudanças esperadas em função das transformações do mercado mundial. Com essa informação estaríamos muito mais bem preparados para enfrentar dois debates de escala mundial que têm o Brasil no centro: as reais conexões entre

expansão da área agrícola e desflorestamento da Amazônia e a real magnitude dos impactos da competição entre alimentos e energia nos mercados mundiais.

Mesmo diante de números de área da pastagem que variam entre 180 milhões e 200 milhões de hectares, e do fato de não sabermos quanto de área de pasto degradado temos no País, no frígido dos ovos o uso corrente da terra não é importante. Os números, mesmo desconhecidos, mostram que a pecuária de corte é a grande atividade demandante de terra no Brasil e, ao mesmo tempo, o setor que mais liberará terra à medida que a produtividade aumentar. O fundamental é conhecer de que forma o setor agropecuário brasileiro vai responder a um fato inconteste hoje em dia: o Brasil é um dos poucos países com terra no mundo. Projetar o uso futuro da terra significa, dessa forma, conhecer para onde vai a produção de alimentos, fibras e biocombustíveis do País. É por isso que decidimos investir nesse tema no Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône). Nosso maior desafio, por enquanto, é a falta de informação.

André Meloni Nassar é diretor-geral do Icône. E-mail: amnassar@iconebrasil.org.br

Agricultores ligados à CPT invadem IBAMA para pressionar União – Folha de São Paulo – Brasil – 19/12/2007

Agricultores ligados à CPT (Comissão Pastoral da Terra) em Alagoas invadiram ontem o pátio do Ibama em Maceió para pressionar o governo a suspender a transposição do rio São Francisco. Eles montaram um acampamento e um altar. Um grupo de agricultores deve iniciar hoje uma greve de fome em apoio ao bispo de Barra (BA), d. Luiz Flávio Cappio.

Grupo protesta contra a transposição – Demétrio Weber – O Globo – O País – 19/12/2007

Manifestantes, entre eles Letícia Sabatella, divulgam contraproposta ao projeto **Demétrio Weber**

BRASÍLIA e SOBRADINHO (BA).

Solidários à greve de fome do bispo dom Luiz Cappio, a quem consideram um mártir, representantes de movimentos sociais, entre eles a atriz Letícia Sabatella e 300 ribeirinhos, pescadores e quilombolas da Bacia do São Francisco, foram à Praça dos Três Poderes protestar contra a transposição do rio. Eles divulgaram uma contraproposta ao governo, condicionando o fim do jejum à suspensão das obras e à retirada imediata de tropas do Exército de Cabrobó e Floresta, em Pernambuco, para que sejam discutidas as alternativas ao déficit hídrico e o desenvolvimento socioambiental sustentável do SemiÁrido e da Bacia do São Francisco.

A manifestação ocorreu em frente ao Supremo Tribunal Federal e se repetirá hoje, quando será julgado recurso do governo contra liminar que paralisou as obras. Foi elaborado um documento de oito pontos, a ser entregue ao chefe de gabinete da Presidência, Gilberto Carvalho.

Manifestantes dizem que projeto beneficia agronegócio Para os manifestantes, a transposição tem como objetivo beneficiar o agronegócio, a indústria e as empreiteiras. Segundo eles, apenas 4% da água desviada do rio abastecerá a população rural pobre, enquanto 70% servirão à irrigação de grandes plantações de frutas e à criação de camarões. O restante — 26% — irá para as cidades e atividades industriais, incluindo uma siderúrgica no Ceará.

Outro argumento é o custo.

O projeto está orçado em R\$ 6 bilhões e beneficia 12 milhões de pessoas. Os movimentos sociais afirmam que investimentos de R\$ 3,3 bilhões levariam água a 44 milhões de moradores da região, sendo dez milhões no meio rural.

— Existem propostas alternativas para o SemiAcutido sem criar mais um caminho de esgotamento do São Francisco — disse Letícia Sabatella, que integra a ONG Humanos Direitos.

Letícia elogiou dom Cappio e rebateu as críticas do ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, que condenou a greve de fome.

— O governo não tem se mostrado democrático, toma decisões de cima para baixo. Percebi a seriedade de dom Luiz. Não é arrogância nem loucura, como a imprensa tem dito. O seu desapego de abrir mão da própria vida não há de ser em vão.

A coordenadora nacional do Movimento dos Sem-Terra (MST) Marina dos Santos espera que o governo reveja a disposição de não negociar: — Acreditamos que o governo não queira ter no seu currículo a morte de alguém que entrega a vida em defesa dos pobres e do São Francisco.

Os manifestantes divulgaram abaixo-assinado com 867 nomes, entre eles o do ator Wagner Moura e do bispo emérito de São Félix do Araguaia (MT), dom Pedro Casaldáliga. **COLABOROU:** Luisa Torreão, da Agência A Tarde

MST invade ferrovia da Vale na Bahia – O Globo – O País – 19/12/2007

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiram ontem à tarde na Bahia a Ferrovia Centro-Atlântica, controlada pela Vale.

Na hora da invasão, um trem com duas locomotivas e 19 vagões vazios seguia para Itiuba (BA).

Perto do município de Queimados, onde estão 200 militantes do MST, a ferrovia está parada. De acordo com líderes do MST, a invasão é um protesto pelo fato de terem sido desalojados de outra área de invasão próxima à ferrovia. A administração da ferrovia acionou a Polícia Militar.

Mais cinco agroindústrias na lista suja da escravidão – Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 19/12/2007

Mais cinco empresas do agronegócio entraram para a lista do trabalho análogo à escravidão no Brasil. Elas atuam em carros-chefes do campo: álcool e açúcar, lácteos, carne bovina e o setor madeireiro.

Laticínios Morrinhos (GO), Agroserra (MA), Itamarati Indústria de Compensados (PR), Laminados e Compensados Santa Catarina (SC) e Agropecuária Roncador (MT) foram flagradas pelo grupo-móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. Estão entre 189 nomes da "lista suja" divulgada anteontem em Brasília.

Em relação ao último relatório, houve um acréscimo de 14 empresas jurídicas e pessoas físicas à lista. Dentre eles estão dois fazendeiros, que continuaram no cadastro devido à reincidência do crime.

" O nome da empresa fica por dois anos no cadastro do ministério. Ela só sai se não tiver reincidência, nem débito trabalhista ou com o ministério (multas)", disse Marcelo Campos, coordenador nacional do grupo-móvel do ministério.

A "lista suja" é atualizada a cada seis meses. Após a sua publicação, a empresa fica proibida de levantar recursos junto aos bancos.

Segundo o Valor apurou, a Agroserra, localizada em São Raimundo das Magabeiras (MA), tem entre seus clientes pesos-pesados como Esso, Petrobras, Ipiranga e Bunge. Ela teve 652 trabalhadores resgatados em condições análogas à escravidão em 2005. "São todas signatárias do Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo e deveriam parar de comprar dessa empresa imediatamente", diz uma fonte sob condição de anonimato. A Agropecuária Roncador, em Querência (MT), tem como cliente a JBS, controladora da Friboi, maior frigorífico do mundo.

Desde 1995, mais de 26 mil trabalhadores foram resgatados de situações análogas à escravidão pelos grupos de fiscalização. **(BB)**

MST invade Incra e agências da CEF em Pernambuco – Letícia Lins – O Globo – O País – 20/12/2007

Sem-terra pedem construção de casas em assentamentos

Letícia Lins

RECIFE. Cerca de 1.500 trabalhadores rurais ligados ao MST invadiram ontem as duas superintendências do Incra em Pernambuco e as agências da Caixa Econômica Federal em cinco municípios, distribuídos na Zona da Mata, no agreste e no sertão. Eles pedem que o governo cumpra promessa de construção de 1.350 casas em 32 assentamentos localizados no estado e culpam a burocracia do governo pela demora na execução do programa.

De acordo com o MST, em 31 de outubro de 2006 foi assinado convênio entre a Caixa Econômica Federal e o Incra, pelo qual o governo se responsabilizaria pela construção e restauração de 8.100 casas de famílias já beneficiadas pela reforma agrária.

Mas, segundo levantamento do MST, em documento entregue ontem à Caixa e ao Incra, até o momento 54 unidades foram realmente construídas. E poucos imóveis dos 6750 previstos chegaram a ser recuperados, conforme informou ontem Massilene Gorte, da direção nacional do movimento.

Foram ocupadas as superintendências do Incra em Recife e em Petrolina, a 769 quilômetros da capital. O município fica na região do São Francisco, onde a atuação de

grupos ligados aos movimentos sem terra vem crescendo muito ao longo da última década. Os sem-terra ocuparam, também, as agências da CEF em Palmares (região canavieira), Caruaru (no agreste), e em Arcoverde e Petrolina (no sertão). Os lavradores também tomaram os jardins da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

O protesto foi pacífico e terminou por volta de 18h. Representantes dos três órgãos e lideranças do MST se reuniram ontem à tarde na CEF em Caruaru, a 130 quilômetros da capital, para discutir a pauta de reivindicações.

Mas até a noite o encontro ainda não havia terminado.

1,5 milhão de trabalhadores deixam campo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/12/2007

DA SUCURSAL DO RIO - Os assentamentos destinados à reforma agrária elevaram em 400 mil o número de pessoas que trabalham em propriedades rurais da agricultura familiar, diz o IBGE. Dos 5,2 milhões de estabelecimentos rurais, 78% tinham membros das famílias dos donos envolvidos na produção. O percentual era mais baixo em 1996: 75,9%.

Para Antonio Carlos Florido, coordenador do Censo Agropecuário, o principal indutor da expansão do número de pessoas ligadas à agricultura familiar foi o programa de assentamentos rurais para famílias sem terra.

A expansão da agricultura familiar, diz o IBGE, foi "generalizada no país". A exceção foram algumas áreas no Norte, especialmente nos Estados do Pará e Amazonas.

No Nordeste, o aumento da participação de empregados com laços de parentesco com o dono das propriedades se destacou em Alagoas e Pernambuco. Os dados, diz o IBGE, "parecem refletir o assentamento de famílias de trabalhadores agrícolas em regiões tradicionais de lavoura de cana-de-açúcar".

Na região, a Bahia viveu um movimento oposto: a expansão da agricultura empresarial, especialmente no oeste do Estado, onde predomina a soja. Naquela região, foi verificada a maior proporção de trabalhadores sem vínculo familiar com o dono.

De modo geral, o emprego no campo caiu de 1996 a 2006. O total de trabalhadores baixou 1,5 milhão, de 17,9 milhões para 16,4 milhões, refletindo o aumento da urbanização. De um período para o outro, a queda no total de trabalhadores foi de 8,5%.

O IBGE contou e fez o georeferenciamento de todas as propriedades rurais por meio de GPS. Os dados passam a fazer parte de cadastro de endereços rurais, com 5,2 milhões de propriedades.

MST invade fazenda histórica em Valença - Paulo Roberto Araújo e Dieler Simões – O Globo – O País – 25/12/2007

Propriedade, construída em 1830, produz café e feijão e tem atividade pecuária

O Instituto de Preservação e Desenvolvimento do Vale do Paraíba (Preservale) denunciou na sexta-feira passada ao Ministério Público de Barra do Piraí a invasão da Fazenda São Paulo, que fica a 15 quilômetros do Centro de Conservatória, no município de Valença, no Sul Fluminense. Construída em 1830, a propriedade histórica, de 300 alqueires, foi invadida no dia 8 de dezembro por 75 famílias do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). A São Paulo, que produz café e feijão e tem atividade pecuária, é uma das 25 fazendas do Sul Fluminense que integram o Preservale, que atua na proteção do patrimônio histórico e do meio ambiente.

O diretor-geral do Preservale, Paulo Roberto dos Santos, disse que as famílias ocuparam a parte histórica da fazenda, incluída no circuito turístico do Vale do Paraíba, e que há risco de degradação da mata nativa preservada há anos pelos proprietários do imóvel, que tem arquitetura neoclássica colonial e recebe visitantes do Brasil e do exterior. Por causa da invasão, hotéis da região deixaram de indicar a visita da da São Paulo para turistas.

— É uma brutalidade invadir uma propriedade privada, produtiva e com os impostos em dia, sem nenhuma pendência com dívidas — disse o presidente do Preservale.

O Secretário estadual de Agricultura, Chistino Áureo, disse que outras quatro fazendas do Sul Fluminense foram invadidas por famílias de lavradores de Barra do Piraí e Valença e por sem-teto de Volta Redonda.

— Além do dano ao patrimônio, também há dano à economia. Os donos ficam receosos de investir nas propriedades.

Em 2007, avanços na construção da unidade na esquerda – Sítio Eletrônico do MST – 28/12/2007

O ano de 2007 contou com três momentos de unidade dos movimentos sociais, fato inédito nesta década. Mesmo com diferenças programáticas, políticas e eleitorais, as entidades mais representativas do movimento social estiveram unidas no dia 23 de maio, na luta por nenhum direito a menos, em agosto, na Jornada Nacional em Defesa da Educação, e em setembro, na campanha pela anulação do leilão que privatizou a Companhia Vale do Rio Doce.

Além dessas jornadas, categorias realizaram greves por suas pautas específicas, mas sem deixar de lado as questões gerais da classe trabalhadora. No mês de junho, por exemplo, cerca de 100 mil servidores públicos estavam em greve.

Dentro de um espectro que vai desde a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) até a Central Única dos Trabalhadores (CUT), passando por União Nacional dos Estudantes (UNE) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), há um consenso de que em 2007 houve um salto qualitativo e quantitativo em termos de mobilizações.

A CUT, maior central sindical do país, considera que no ano passado a mobilização dos trabalhadores conseguiu barrar retiradas de direitos e práticas neoliberais. “O ano de 2007 foi muito especial, sobretudo para o movimento sindical. Travamos uma luta contra os projetos que limitam o papel do Estado e retiram direitos. Com trabalhador na rua,

participamos do processo de disputa da hegemonia da sociedade”, avalia Artur Henrique, presidente da entidade.

Para ele, o ano de 2008 será repleto de simbolismos. “Depois do 1º de maio faremos uma plenária nacional estatutária, com mais de 1,5 mil representantes sindicais. Em 2008, a Constituição de 1988 faz 20 anos e a CUT 25. Também lembraremos os 20 anos da morte de Chico Mendes”, comenta.

Ataques frustrados

Ao passo que algumas medidas que retiravam direitos foram colocadas em pauta pelo Executivo ou pelo Legislativo, os movimentos se uniram na luta pela garantia dessas conquistas.

Foi esse o caso da Emenda 3 do projeto que criou a Super-Receita e de um projeto de lei complementar ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o PLP 01. A Emenda 3 proíbe os fiscais do trabalho de autuar empresas que obrigam seus funcionários a tornarem-se pessoas jurídicas, a fim de burlar a legislação trabalhista. A medida foi aprovada pelo Congresso e vetada por Lula. Formulado pelo Executivo, o PLP 01 vale por dez anos e limita o gasto com a folha de pagamento no serviço público em 1,5% ao ano, mais a reposição da inflação. O movimento sindical considera que o projeto representaria um arrocho salarial de 10 anos para os servidores, já que esse acréscimo permitido seria todo consumido pelo crescimento vegetativo do funcionalismo, que se dá por meio de promoções e progressões de carreira.

Artur Henrique, da CUT, considera uma vitória do conjunto da classe trabalhadora o fato de o veto presidencial à Emenda 3 não ter sido derrubado no Congresso e a PLP 01 não ter sido votada ainda. No entanto, ele acredita que, a qualquer momento, o Legislativo pode voltar a debater o tema e golpear os trabalhadores. Artur revela ter informações de Brasília que dão conta de que está sendo preparado um projeto de lei no Senado similar ao PLP 01, mas nesse novo projeto o limite de aumento seria 2,5%. Segundo Artur, a CUT também seria contra esse projeto.

Trabalhador na rua

Para Wagner Gomes, da Corrente Sindical Classista (ligada ao PCdoB), a qual acaba de construir uma nova central, a dos Trabalhadores do Brasil (CTB), 2007 trouxe uma lição para o movimento sindical. “O grande segredo para obter vitórias é colocar o trabalhador na rua e fazer grandes mobilizações. Apesar de termos seis centrais sindicais no Brasil, conseguimos uma unidade”, afirma Wagner Gomes, que preside o sindicato dos metroviários de São Paulo, categoria que travou uma dura luta com o governo estadual de José Serra (PSDB), que demitiu cerca de 60 metroviários após uma paralisação.

Gomes acredita que os esforços de unidade levaram a classe trabalhadora a algumas vitórias. Como exemplo, o sindicalista cita a ratificação das Convenções 151 e 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que Lula assinou em dezembro. A primeira garante o direito de negociação coletiva no setor público, enquanto a segunda proíbe as demissões imotivadas.

Críticas

A Conlutas também julga importante as mobilizações e o processo de unidade, mas considera “um passo atrás” o fato de CUT e MST não terem participado do ato do dia 26 de outubro em Brasília (DF), contra uma possível reforma da Previdência. O ato foi impulsionado por Conlutas e Intersindical, ligadas, respectivamente a PSTU e Psol.

Zé Maria de Almeida, coordenador da Conlutas, acredita que as mobilizações se deram em função da continuidade da política econômica. “Nesse primeiro ano do segundo

mandato de Lula, a política econômica continuou privilegiando as grandes corporações e retirando recursos do país”, observa. Em 2008, a Conlutas pretende se focar na defesa dos direitos dos setores que podem ser atacados por reformas.

A Intersindical esteve junto com a Conlutas no Encontro Nacional, ocorrido no dia 25 de março de 2007, em São Paulo (SP). Na ocasião, as entidades estabeleceram a necessidade de construir datas em conjunto para lutar contra reformas neoliberais e a constituição de um fórum nacional de lutas contra reformas. “A partir de então iniciamos o diálogo com o MST, com pastorais e construímos datas como o 23 de maio”, lembra Pedro Paulo, coordenador da Intersindical

FSM

Em 2008, a primeira atividade em que as entidades ouvidas pelo Brasil de Fato devem atuar juntas é o Fórum Social Mundial (FSM). Neste ano, o FSM será descentralizado e se restringirá a um dia de mobilização e ação global, em 26 de janeiro

SP é líder em ranking de invasões - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 29/12/2007

Com 82 registros em 2007, Estado ultrapassou Pernambuco e tornou-se o maior alvo da ação dos sem-terra

O Estado de São Paulo fecha o ano de 2007 na liderança no ranking de invasões de terras no País. O número de 82 ocupações contabilizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) é o maior registrado no Estado desde 1997, quando a entidade iniciou o levantamento. Este ano, São Paulo está bem à frente de Pernambuco, onde a ação dos sem-terra é tradicionalmente mais forte. No Estado nordestino, foram 42 invasões. Em seguida, aparecem Alagoas, com 34 ações, Bahia, com 23, e Minas Gerais, com 18.

Os números não são oficiais, já que o relatório final será divulgado somente em março. Na soma das invasões de 2000 a 2007, entretanto, Pernambuco continua na dianteira, com 581 invasões, contra 376 de São Paulo. Somente em 2001 São Paulo havia registrado mais invasões que Pernambuco: 20 contra 6.

O avanço da cana-de-açúcar e o projeto do governador José Serra que propõe a regularização das terras no Pontal do Paranapanema explicam o aumento das ações em São Paulo, segundo o coordenador estadual do Movimento dos Sem-Terra (MST), Valmir Rodrigues Chaves. O oeste paulista, região que inclui o Pontal e para onde se expandem os canaviais, registrou 75% das invasões. “A cana está entrando em terras devolutas, em terras que deveriam ter sido destinadas para a reforma agrária.” Segundo ele, muitas ocupações foram feitas em áreas já declaradas improdutivas, mas que foram arrendadas por fazendeiros para as usinas. Ele culpa também o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Não houve o avanço esperado na reforma agrária. O pessoal que está nos acampamentos é o mesmo de 4 ou 5 anos atrás.”

Análise da CPT mostra ainda que a Região Sudeste registrou mais de 25% dos conflitos por terra. Para a entidade, o progresso tecnológico e o avanço da cana geraram mais exclusão do pequeno agricultor.

DISSIDENTES - O grupo do líder dissidente do MST, José Rainha Júnior, respondeu por mais de 50% das invasões registradas em 2007 em São Paulo. Com apoio do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar e sindicatos rurais ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), seus invadiram 48 áreas no Pontal e no oeste paulista.

Somente em junho e julho, na ação denominada “inverno quente”, foram invadidas 24 fazendas. Em fevereiro, Rainha se antecipou ao “abril vermelho” do MST e liderou 14 invasões. Agora, ele promete antecipar as ações para janeiro e pressionar o governo estadual a arrecadar terras para assentamentos. “Se o governo não se mexer, nosso grupo vai começar o ano fazendo ocupação.”

Para Itesp, número de ocupações foi ainda maior - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 29/12/2007

A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) registrou 108 invasões de fazendas e áreas rurais por movimentos organizados no Estado durante o ano de 2007. O número é superior ao de 82 ocupações apurado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A diferença de 26 registros observada entre os dois levantamentos reflete, de acordo com uma fonte ligada ao Itesp, o fato de os números apresentados pela CPT estarem desatualizados.

O Itesp, de acordo com a fonte, se encarrega de registrar todos os conflitos ligados à questão agrária em relatórios elaborados por seus escritórios regionais.

Oficialmente, o Governo do Estado direciona suas políticas para o setor em função dos números apresentados pelo Itesp. O diretor executivo do órgão, Gustavo Ungaro, não foi encontrado para comentar o recorde de invasões registrado no Estado.

Ruralistas, por sua vez, acirraram as críticas. O presidente da União Democrática Ruralista (UDR) Luiz Antonio Nabhan Garcia condenou a ação dos manifestantes. Ele avaliou que as decisões tomadas recentemente pela Justiça põem um fim à “balela” do Movimento dos Sem-Terra (MST) de que as terras do Pontal do Paranapanema são devolutas.

“Todas as áreas do 14º Perímetro, que engloba grande parte do Pontal, foram julgadas terras particulares”, afirmou Nabhan, ao comentar o balanço de invasões para este ano. De acordo com ele, outras decisões que davam como devolutas algumas áreas foram

anuladas em instâncias superiores. “A grande maioria dos proprietários está satisfeita com as decisões da justiça”, prosseguiu.

ANTECIPAÇÃO - Na avaliação do presidente da UDR, o projeto do governador José Serra que propõe a regularização das terras no Pontal apenas se antecipa às decisões judiciais, permitindo que um percentual das áreas seja repassado ao Estado a fim de assentar famílias. O projeto, que prevê a regularização de áreas com mais de 500 hectares que o Estado considera devolutas em troca da cessão de parte das terras para a reforma agrária, ainda tramita na Assembléia Legislativa paulista. Ainda assim, motivou muitas das invasões contabilizadas ao longo deste ano.

“Estão criticando um projeto que nem saiu do papel e tramita a passos lentos na Assembléia Legislativa”, diz o presidente da UDR. De acordo com ele, o discurso do MST contra o agronegócio é ultrapassado. “Esse discurso de monocultura da cana é político e ideológico.” Na avaliação de Nabhan, ser contra o agronegócio é ser contra o Brasil. “São os produtores rurais que têm garantido as prateleiras cheias.”

Sem assistência, cortador corre riscos – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/12/2007

Pesquisadora afirma que falta de acompanhamento médico aos bóia-frias causa morte nos canaviais

EDUARDO SCOLESE

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - Sem direito a exames médicos periódicos exigidos pela legislação e com a situação nos canaviais piorando a cada ano, a morte se tornou o limite no trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar que trabalham no Estado de São Paulo.

A opinião é de Maria Cristina Gonzaga, 48, pesquisadora da Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Medicina e Segurança do Trabalho), entidade ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

"A morte é o limite, porque não tem nenhum acompanhamento. Se tivesse [um acompanhamento médico], não morreria", afirma Gonzaga, da Divisão de Ergonomia e uma espécie de porta-voz da fundação contra a situação degradante de trabalho dos bóias-frias. Cristina é engenheira agrônoma, engenheira de segurança, ergonomista e mestre em engenharia agrícola.

FOLHA - De que forma o apoio do governo federal ao novo ciclo da cana tem incentivado o avanço no desrespeito às condições de trabalho nos canaviais?

MARIA CRISTINA GONZAGA - Ele [incentivo do governo] intensifica o trabalho. E o que significa a intensificação do trabalho? Maior produção. Esses trabalhadores ganham por produção. Se o trabalhador, na época da chuva, de janeiro a maio, precisa cortar 100 metros para conseguir dez toneladas [de cana], no inverno, ou seja, no período de seca, ele precisa cortar 300 metros para atingir as mesmas dez toneladas. Então o trabalhador passa a responder pela mudança climática sobre o salário dele, já que ganha pela produção por peso. A meta não distingue os períodos do ano.

FOLHA - *A quais riscos esses trabalhadores estão sujeitos?*

GONZAGA - São inúmeros. Têm os riscos químicos, que são os agrotóxicos, os herbicidas, os maturadores de cana. Há os riscos físicos, o calor, o frio, a umidade, a radiação solar. Têm os riscos mecânicos, como atrito e pressão, os biológicos, como bactérias, fungos, animais peçonhentos. Há os riscos organizacionais, como forma de pagamento, turno, jornada, pausa, normas de produção, metas a serem atingidas. E os operacionais, como postura, força, movimento repetitivo. Um cortador de cana dá um golpe de facão por segundo.

FOLHA - *E o saldo?*

GONZAGA - O grande problema é que todos esses riscos interagem. O que agrava muito é que tudo isso ocorre de forma sinérgica. O esgotamento deles [cortadores] vem da interação desses riscos. A morte é o limite, porque não tem nenhum acompanhamento. Se tivesse [um acompanhamento médico], não morreria.

FOLHA - *Esses trabalhadores são submetidos a exames médicos?*

GONZAGA - Que eu conheça, não. A legislação exige exame admissional, periódico e demissional. No que tenho encontrado no campo, o trabalhador não tem nenhum.

FOLHA - *Isso porque muitos deles são temporários?*

GONZAGA - Tem a ver, sim. Já encontramos trabalhadores com três tipos de contrato assinados em branco. Neles, o empresário pode escrever qualquer coisa. Tem pedido de demissão assinado em branco, termo de rescisão de trabalho assinado em branco. Quando você rescinde um contrato? Quando você tem algum problema. E lá [no papel em branco] o empregador pode justificar qualquer coisa, como uma meta não atingida. Eles assinam tudo em branco e depois o empregador faz o que bem entende.

FOLHA - *E no caso dos cortadores de cana contratados? Também não há exames?*

GONZAGA - Tenho visto que não. Tanto que os trabalhadores estão morrendo por parada cardiorrespiratória, um monte de questões que, se tivesse tido o exame, avaliando a

qualidade da saúde, eles escapariam da morte. É que eles chegam totalmente carentes e desnutridos, e ninguém avalia se eles podem ou não cortar cana.

FOLHA - Há precauções por conta do calor?

GONZAGA - Ocorre um estresse por calor mesmo. O cortador se movimenta sem parar, sem a água refrigerada pra tomar. O EPI [equipamento de proteção individual] esquenta pra caramba, porque não é adequado às nossas condições de calor. Então [o trabalhador] deveria ter uma pausa bem programada. Recomendo pausas de 20 minutos a cada uma hora e meia de trabalho.

FOLHA - Mas isso, na prática, não ocorre.

GONZAGA - Isso é uma recomendação técnica que ninguém escuta.

FOLHA - Esses casos de desrespeito estão ligados à falta de organização dos trabalhadores?

GONZAGA - Sim, tanto é que as usinas estão se movimentando ao sudoeste e ao oeste do Estado de São Paulo, porque lá os trabalhadores não estão organizados.

FOLHA - Isso é uma forma de burlar a questão trabalhista?

GONZAGA - Óbvio, óbvio.

FOLHA - Se comparada com anos atrás, como está a situação hoje nos canaviais?

GONZAGA - Há quatro anos, eu conversava com os cortadores, e eles sabiam o que ganhavam e que tinham uma meta a ser cumprida, que tinham direito a receber o EPI. Agora eles não sabem mais nada. Um trabalhador me perguntou: "O que é meta, moça? O que é EPI? Nós não sabemos o que é isso". Acho que está piorando muito.

FOLHA - O Ministério do Trabalho tem gente suficiente para fazer essa fiscalização?

GONZAGA - Não. Não tem.

FOLHA - Tudo é precário nos canaviais?

GONZAGA - O que é bom? Eu não sei. Não consigo lembrar. Não sei te falar. Só vi coisa ruim, apesar de ser um setor que tem gerado emprego. Mas o que a gente vê hoje, nos depoimentos dos trabalhadores, são os serviços de RH [recursos humanos] das empresas só treinando os trabalhadores para cumprir as metas.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária

Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

